

DOSSIÊ

DE DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL AO #METOO:

contribuições do New York Times para um jornalismo combativo



PAULA DE SOUZA PAES

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – Paraíba – Brasil
ORCID: 0000-0001-9605-2005

JULIANA COLUSSI

Universidad Rey Juan Carlos, Madri – Comunidade de Madri – Espanha
ORCID: 0000-0002-6324-3857

DOI: 10.25200/BJR.v19n3.2023.1605

Recebido em: 31/03/2023
Desk Review em: 06/05/2023
Editor de Desk Review: Laura Storch
Revisado em: 10/09/2023
Aprovado em: 22/09/2023

Como citar este artigo: Paes, P. S., & Colussi, J. (2023). FROM REPORTING SEXUAL VIOLENCE TO #METOO: The New York Times and its contributions to combative journalism. *Brazilian Journalism Research*, 19(3), e1605. <https://doi.org/10.25200/BJR.v19n3.2023.1605>

RESUMO – O objetivo principal deste artigo é identificar os elementos combativos que caracterizam as práticas profissionais das jornalistas norte-americanas Jodi Kantor e Megan Twohey, centrando-se nos trabalhos investigativos sobre violência sexual contra mulheres publicados no New York Times. Para o estudo de caso, realizou-se uma análise qualitativa do livro *Ela disse: os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo* e de reportagens de autoria de ambas as jornalistas, pelas quais receberam o Prêmio Pulitzer de 2018. Os resultados indicam que as jornalistas realizaram uma investigação exaustiva, caracterizada por legitimar falas femininas, ao visibilizar as denúncias de mulheres vítimas de assédio sexual. Também é evidente o comprometimento das jornalistas em confrontar os agressores e revelar os fatos silenciados por figuras poderosas, como Donald Trump.

Palavras-chave: Jornalismo combativo. Jornalismo investigativo. Assédio sexual. #MeToo. New York Times.

FROM REPORTING SEXUAL VIOLENCE TO #METOO: the New York Times' contributions to combative journalism

ABSTRACT – The main objective of this study is to identify the combative elements that characterize the professional practices of American journalists Jodi Kantor and Megan Twohey, focusing on the investigative papers on sexual violence against women published in the New York Times. For this case study, a qualitative analysis was carried out of the book *She Said: Breaking the Sexual Harassment Story That Helped Ignite a Movement* and of reports authored by both journalists, by which received the 2018 Pulitzer Prize. The results indicate that the journalists carried out an exhaustive investigation, characterized by legitimizing female speech by making visible the complaints of women victims of sexual harassment. The commitment of the journalists in confronting the aggressors and revealing the facts silenced by powerful figures, such as Donald Trump is also evident.

Key words: Combative journalism. Investigation journalism. Sexual harassment. #MeToo. New York Times.

DE DENUNCIAS DE VIOLENCIA SEXUAL AL #METOO: las contribuciones de New York Times para un periodismo combativo

RESUMEN – El objetivo principal de este artículo es identificar los elementos combativos que caracterizan las prácticas profesionales de las periodistas estadounidenses Jodi Kantor y Megan Twohey, enfocándose en los trabajos de investigación sobre violencia sexual contra mujeres publicados en New York Times. Para el caso de estudio, se realizó un análisis cualitativo del libro *She said: la investigación periodística que destapó los abusos de Harvey Weinstein e impulsó el movimiento #MeToo* y de reportajes de autoría de ambas periodistas, por los cuales recibieron el premio Pulitzer de 2018. Los resultados indican que las periodistas realizaron una investigación exhaustiva, caracterizada por legitimar las hablas femeninas al visibilizar las denuncias de mujeres víctimas de acoso sexual. También es evidente el compromiso de las periodistas al confrontar a los agresores y revelar los hechos que estaban silenciados por figuras poderosas, como Donald Trump.

Palabras clave: Periodismo combativo. Periodismo de investigación. Acoso sexual. #MeToo. New York Times.

1 Introdução e abordagem metodológica

Reivindicações feministas passaram a ocupar um lugar inédito na cena midiática, devido sobretudo à tomada de posição de jornalistas e das organizações midiáticas em relação aos inúmeros casos de assédio sexual contra mulheres. Sem o fluxo regular de entrevistas, investigações jornalísticas e reportagens publicadas sobre esta temática, as questões relativas ao consentimento e assédio sexuais nunca teriam tido o eco que tiveram (Aubin et al., 2022). A maneira como o *#MeToo* ou ainda *Ni Una Menos* e vários livros publicados por vítimas de abuso sexual (Kouchner,

2021; Peiró, 2021) debateram essa temática em escala mundial reforçaram também esse argumento. Isso não seria possível sem mudanças sociais que contribuíram para a institucionalização desses crimes como problemas públicos, através da aprovação de leis (Sobral et al., 2020), como a Lei “Maria da Penha” no Brasil¹, que têm impulsionado a visibilidade midiática dos crimes, fazendo emergir pautas que os movimentos feministas atuavam há anos para inserir na agenda pública (Silva et al., 2022b).

O livro *Ela disse: os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo*, escrito pelas jornalistas norte-americanas do jornal New York Times, Jodi Kantor e Megan Twohey (2019), sobre os bastidores de uma investigação que fizeram, em 2017, teve grande repercussão porque as reportagens contribuíram para que o movimento #MeToo atingisse uma escala global. O livro aborda três casos principalmente: 1) as denúncias envolvendo o comportamento do ex-presidente Donald Trump em relação às mulheres; 2) as décadas de casos de assédio e abuso sexual suspostamente cometidos pelo produtor cinematográfico Harvey Weinstein e; 3) os bastidores da decisão de Christine Blasey Ford de acusar publicamente Brett Kavanaugh – então candidato à vaga de juiz no Supremo Tribunal – de agressão sexual.

Kantor e Twohey (2019) retomam no livro o processo de investigação, apuração e escrita das reportagens, que ganharam o prêmio Pulitzer de jornalismo em 2018. É interessante perceber que não se trata de jornalistas consideradas “estrelas” da profissão, muito menos o tema é algo do “jamais visto” como escreve Pierre Bourdieu (2008). Trata-se de uma temática que poderia ser considerada “banal”, no sentido de que há pelo menos 50 anos o jornalismo estadunidense tem denunciado casos de violência contra a mulher, assim como tem emergido questionamentos sobre a visibilidade feminina nas e pelas mídias, além de demandas por incorporação de pautas e temas ditos feministas na imprensa (Tuchman, 1978, 2009).

No entanto, a produção científica sobre o assunto aponta para uma cobertura jornalística que se mostra resistente a desconstruir estereótipos relacionados à violência de gênero, escamoteando a responsabilidade dos agressores ao culpabilizar as mulheres (Berns, 2001; Sanematsu, 2011; Gillespie et al., 2013). Uma pesquisa recente coordenada por Leal et al. (2020) demonstra a dificuldade de diferentes mídias em tratar as violências físicas e simbólicas contra mulheres como componentes das relações de gênero.

Somando-nos a esses esforços de pesquisa, o presente artigo busca explorar novos matizes por meio de um objeto de investigação específico, já que voltar aos casos de denúncia sexual a partir dos bastidores contados em um “livro de repórter” (Da Silva & Marocco, 2018) é uma oportunidade única para a análise da prática e rotina jornalísticas, assim como das estratégias de “resistências e subversão” (Da Silva & Marocco, 2018, p. 36) que também conformam o exercício da profissão. Objeto privilegiado, portanto, o livro expõe rotinas que, como lembra Lelo (2019), são menos exploradas em investigações sobre mulheres repórteres e injustiças do mundo do trabalho que as acometem.

O que fica evidente no caso do *Ela disse* é que questões “cotidianas” podem resultar em inquéritos, prisões e até em reformas políticas a partir de um trabalho jornalístico. Harvey Weinstein foi condenado a 23 anos de prisão em Nova Iorque em 2020, e a mais 16 anos de prisão em Los Angeles por acusações de violação e agressão sexual, mas continua negando as acusações². Trump está sendo investigado e pode ser preso por subornar uma atriz com quem teria mantido relações sexuais³. Um levantamento do próprio New York Times demonstra que mais de 200 acusados perderam seus cargos, gerando ainda punições e condenações a alguns deles, em consequência dessas acusações públicas (Carlsen et al., 2018).

A pauta sobre gênero e questões afins – como violência, assédio, feminicídio – pode ser, assim, entendida como uma ferramenta de combate (Moraes, 2022), sobretudo, como uma “porta de entrada investigativa”, como lembram Kantor e Twohey (2019, p. 21), e, portanto, uma oportunidade de dar corpo a um problema de violência sistêmico e, talvez, a uma tomada de consciência sobre um problema de interesse público com o qual as jornalistas lidam há mais de uma década, denunciando delitos e crimes sexuais em jornais. Um combate, portanto, que vá além de conferir visibilidade a casos de violência contra a mulher sem reconhecer a violência de gênero (Leal, 2016).

Sendo assim, o objetivo principal deste artigo é identificar os elementos combativos que caracterizam as práticas profissionais das jornalistas Kantor e Twohey, centrando-se nos trabalhos investigativos sobre violência sexual contra mulheres publicados no New York Times. Convém destacar que este trabalho parte da análise do livro *Ela disse*, que se complementa com a análise dos textos relacionados na tabela 1.

Tabela 1*Publicações analisadas*

Título	Data	Tipo de publicação	Jornal/ Editora	Link
Sexual Misconduct Claims Trail a Hollywood Mogul	06/10/2017	Reportagem	NYT	https://bit.ly/2NzpjGX
New Accusers Expand Claims Against Weinstein Into the 1970s	30/10/2017	Reportagem	NYT	https://nyti.ms/3JlaUMD
Post-Weinstein, What's Different?	29/10/2017	Editorial	NYT	https://bit.ly/2NzpjGX
Ela disse: os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo	2019	Livro	Companhia das Letras	Não há

A composição do corpus se justifica pela escolha deliberada por objetos heterogêneos de investigação – reportagem, editorial e livro – que permitem não só confrontar as reportagens com seus bastidores contados no livro, como também compreender o posicionamento do jornal em relação aos acontecimentos. Além disso, as reportagens e o editorial escolhidos se encontram disponíveis online e de acesso gratuito.

Dessa forma, a proposta investigativa deste artigo se inscreve principalmente na esteira de trabalhos situados na sociologia do jornalismo (Bourdieu, 1994, 2002; Neveu, 2000, 2006), em estudos sobre as práticas e normas jornalísticas, como os atos de escolha na apuração e cobertura jornalística (Tuchman, 1978; Ruellan, 2007, 2011; Leal, 2022; Silva et al., 2022a). O embasamento teórico-metodológico se ancora principalmente em pesquisas que visam desconstruir essas técnicas e normas questionando premissas como a da objetividade (Christofoletti, 2004; Moraes & Silva, 2019; Maia & Barretos, 2022). Por isso, recorreremos também a pesquisas que propõem o recorte de gênero nesse processo de desconstrução e problematização do jornalismo (Leite, 2017; Da Silva & Marocco, 2018).

Para desenvolver o estudo de caso, definimos seis categorias (tabela 2 e 3) que guiaram a análise qualitativa e descritiva das publicações, que lhes renderam o prêmio Pulitzer, e do livro *Ela disse*, em que as jornalistas contam os bastidores do trabalho jornalístico

realizado durante três anos de apuração e centenas de entrevistas com mulheres que sofreram com assédio ou abuso sexuais.

Tabela 2

Categorias de análise

Dimensão estrutural e cultural profissional	Fontes ouvidas	Relatos e testemunhos das vítimas. Citações diretas nas reportagens e no livro.
	Apuração /Investigação de rua	Elementos marcadores da busca por “fatos”, como ida em arquivos, leitura de documentos, encontros com fontes. Contato com a temática fora da redação.
	Elementos de objetividade	Aspectos marcadores de distanciamento, autonomia do profissional. Documentos, experts, fontes especializadas consultados.

Tabela 3

Categorias de análise

Dimensão organizacional	Bastidores da redação	Curiosidades sobre os processos de apuração e escrita. Eventuais mudanças na redação durante a cobertura do tema.
	Concorrência	Evidências da relação com outros jornalistas e outros meios e do lugar ocupado pelo NYT no campo noticioso.
	Interdependência com outros campos	Relação do jornal/jornalismo com outros campos, como o político, e suas consequências na apuração e escrita jornalística.

Tanto o livro como as reportagens foram coletadas, lidas e categorizadas, conforme a tabela 2, com o objetivo de identificar os elementos combativos que caracterizam o exercício do jornalismo, a partir das dimensões estruturais (e cultura profissional) e organizacionais. A primeira se refere às relações com as fontes

(Ringoot & Ruellan, 2014) e às etapas de escolhas na hora da apuração. É composta por três normas e práticas profissionais que são consideradas potencialmente combativas: 1) polifonia e testemunho; 2) apuração de dados e investigação de rua e; 3) objetividade. Como observa De Bruin (2000), a cultura profissional diz respeito aos princípios –objetividade e distanciamento/autonomia – que fundamentam a profissão, conformando uma identidade profissional.

A segunda dimensão se refere à cultura organizacional (Tuchman, 1978) e às rotinas produtivas que se estabelecem a partir de interações dentro e fora da empresa jornalística, no caso o New York Times. Diz respeito à lógica interna da redação (hierarquia entre os profissionais e condições de trabalho) quanto à externa, voltada para a concorrência e interdependência com outros campos.

Considerando que o objetivo deste artigo é identificar os elementos combativos na prática jornalística de Kantor e Twohey, a problematização deste estudo parte das seguintes perguntas de pesquisa:

P1: A defesa de uma pauta “combativa” marcada por resistências permitiu questionar certas normas e técnicas da profissão jornalística?

P2: Ao entrarem em “combate” com os culpados pelos abusos, no caso, com figuras poderosas como Donald Trump e Harvey Weinstein, as jornalistas praticaram um jornalismo “de outro modo”, problematizando a cultura profissional e organizacional do New York Times e sua relação com outros campos sociais?

2 Um jornalismo combativo à prova de questões estruturais

Neste artigo, adotamos preferencialmente o termo “jornalismo combativo” ao nos referirmos ao trabalho de Kantor e Twohey. A utilização do termo se justifica por dois motivos principais. O primeiro é porque o entendemos a partir do que Padioleau (1976) define como retórica da expertise crítica. Ao combinar um trabalho investigativo rigoroso, um conhecimento aprofundado do universo social que o jornalista cobre e uma abordagem objetivante e atenta a números e dados, a retórica da expertise crítica permite a afirmação de pontos de vista cujo fundamento principal é a força da investigação de campo. “Um jornalismo obrigado a se reposicionar” (Moraes & Maia, 2021, p. 7) diante de uma dinâmica social mais complexa. Trata-se, portanto,

de realizar reportagens de maneira engajada, por meio uma tomada de posição que procura por novas representações e enquadramentos de temas e sujeitos.

No entanto, algumas imprecisões em relação a esse engajamento já aparecem no começo do livro. As jornalistas não se afirmam como feministas⁴, nem levantam eventuais tensões ou desacordos que o uso desse termo traria para o exercício jornalístico, embora se alinhem a algumas pautas das lutas feministas. Isso se evidencia ao reconhecerem o machismo e os casos de assédio e abuso sexual como um problema social quando argumentam que “este livro serve como uma denúncia duradoura do legado de Weinstein: a exploração do ambiente de trabalho para manipular, pressionar e aterrorizar mulheres” (Kantor & Twohey, 2019, p. 11).

Essa disposição “combativa” está caracterizada no livro escrito por Kantor e Twohey, que foram publicamente consideradas profissionais corajosas pelas reportagens produzidas e pelo enfrentamento a figuras poderosas, como o produtor Weinstein, “que usava táticas desonestas para sabotar nosso trabalho” (Kantor & Twohey, 2019, p. 11). A disposição para o “combate” se justifica principalmente pela problematização, trazida no livro, da indissociabilidade do vínculo entre as práticas investigativas, a adoção de determinadas fontes e o acontecimento tal como foi configurado pela cobertura jornalística (Silva et al., 2022a).

Ora, ao descobrirem a rede de silenciamento ao qual muitas mulheres foram impostas – através principalmente do pagamento de indenizações –, as jornalistas se esforçaram em ouvir o maior número de denúncias possível, buscando demonstrar que havia um padrão de comportamento masculino criminoso, apesar de ser tido como “normal” ou apenas “conversa de homem”, como alegou Trump ao ser acusado de assédio (Kantor & Twohey, 2019, p. 30). Ao privilegiarem em suas reportagens os testemunhos de diferentes mulheres, as jornalistas legitimam seu lugar de fala. A escolha das fontes não é, portanto, inócua, uma vez que interfere na cobertura de um fato, afinal, a relação entre jornalistas e fontes não só é caracterizada por uma interdependência, como é estrutural (Ringoot & Ruellan, 2014).

Longe de serem casos isolados, as jornalistas descobriram vários crimes envolvendo diferentes atores como policiais e promotores, que atuavam no silenciamento de denúncias; médicos que continuavam a exercer a medicina mesmo tendo cometidos abusos; e chegaram até um mercado de adoção de crianças por predadores sexuais. Elas

estabeleceram uma “sociologia particular” (Kantor & Twohey, 2019, p. 74) de assédio para cada tipo de empresa, desde restaurantes às empresas do Vale do Silício, incluindo também a própria mídia. Foi o caso da Fox News que desembolsou milhões de dólares para silenciar mulheres que denunciaram Bill O’Reilly, âncora do canal, “um dos principais críticos do feminismo nos Estados Unidos” (p. 39).

Assim, o relato dos bastidores trazido no livro nos permite refletir sobre a produção jornalística como uma construção coletiva e, que, portanto, pode evidenciar também eventuais desvios da cobertura e do enquadramento jornalísticos do tema do abuso sexual de mulheres, principalmente porque conta da chegada de mulheres em cargos mais bem remunerados. É o que Kantor e Twohey (2019) contam no livro ao abordar o papel da editora do New York Times, Rebecca Corbett, no incentivo à pauta da reportagem que as duas escreviam sobre assédio, e como sua ascensão, em 2013, gerou mudanças no perfil dos profissionais do alto escalão do jornal, chegando a uma redação com 50% de mulheres pela primeira vez em 2017. Atualmente, o número de mulheres em cargos de liderança ultrapassa o de homens⁵. No entanto, é pertinente lembrar que esse processo de feminização do jornalismo, que pode ser observado em vários países, articula-se não somente a processos de profissionalização da carreira como também de precarização que aponta para desigualdades de gênero persistentes (Neveu, 2000; Leite, 2017; Lelo, 2019). Ao mencionarem a ascensão profissional de Corbett ao cargo de editora, as autoras-repórteres lembram da sua dificuldade de conciliar trabalho com maternidade.

Ao dar protagonismo às falas femininas, o trabalho jornalístico de apuração age na desconstrução ou problematização de algumas premissas básicas da profissão que dão conta dessa relação jornalista-fonte e a cobertura de um tema. Neste sentido, três dinâmicas apresentadas no livro ilustram essas premissas, contribuindo para um jornalismo mais combativo ou mais resistente ao modo de objetivação jornalística, embora se evidenciem algumas fragilidades.

2.1 Polifonia e testemunho como recursos jornalísticos

Quando abordam suas práticas profissionais, os jornalistas costumam enfatizar a obrigação em relação ao leitor de fornecer uma visão geral de todos os pontos de vista sobre uma determinada

situação. Essa dinâmica corresponde à polifonia, compreendida como uma “regra da escrita jornalística moderna que exige que, diante de um conflito de interpretações, sejam agenciados, no mesmo discurso ou nas mesmas emissões, posições divergentes, às quais o jornalista tende conceder um estatuto de equivalência *a priori*” (Lemieux, 2000, p. 372). Podemos reiterar essa definição com Leal (2022, p. 120), para quem “a polifonia pressupõe a diversidade de vozes, de visões de mundo, nas realidades cotidianas”. Se trazemos essa definição para as reportagens das jornalistas, podemos dizer que não se trata, necessariamente, de ouvir os “dois lados” da história, mas de dar ênfase às falas das mulheres, que carecem de visibilidade e, principalmente, credibilidade, se considerarmos que as fontes privilegiadas neste tipo de cobertura jornalística costumam ser os policiais.

As jornalistas expuseram os casos de assédio a partir de centenas de testemunhos de mulheres como atrizes famosas ou em começo de carreira, como Rose McGowan, Gwyneth Paltrow e Ashley Judd, ex-modelos como Rowanne Brewer, ex-funcionárias e funcionários do produtor Weinstein, entre outros. Embora antes de publicarem as reportagens elas ouvissem o que os denunciados tinham para falar sobre as denúncias, essa atitude se mostrava mais como uma prática rotineira da profissão – um ritual estratégico (Neveu, 2006) do que propriamente algo essencial para a publicação. Além de deixar claro nas reportagens⁶, isso fica evidente no livro, ao contarem a reação de Trump quando elas apresentaram para a equipe do ex-presidente as alegações de algumas mulheres sobre assédio: “por mais brutal que tivesse sido a conversa [a jornalista Megan Twohey] dera a Trump bastante oportunidade de reagir às denúncias. Eles podiam ir adiante e publicar o artigo, com os comentários dele e tudo” (Kantor & Twohey, 2019, p. 34). O foco era os relatos das mulheres, depois de verificar, inclusive, se elas não tinham nenhuma relação com a adversária política do então presidente dos EUA, Hillary Clinton. Portanto, fica evidente que “o processo jornalístico não é apenas técnico, mas também político” (Christofoletti, 2004, p. 88).

O desafio para Kantor e Twohey era trazer à tona relatos que comprovassem que havia um padrão de comportamento machista e criminoso contra diferentes mulheres, não só as famosas, mas também funcionárias de empresas, principalmente em relação às de Weinstein. “Ao longo dos anos e continentes, os relatos sobre a conduta do Sr. Weinstein compartilham uma narrativa comum: mulheres iam a um hotel pelo que pensavam ser motivos de trabalho,

apenas para descobrir que o Sr. Weinstein [...] às vezes parecia ter interesses diferentes” (Kantor & Twohey, 2019, p. 185).

Elas demonstram, na prática, ao relatarem os bastidores das reportagens, que as fontes não têm o mesmo peso, desconstruindo a premissa da equivalência entre elas. As jornalistas argumentam que não bastaria ouvir diferentes testemunhos se eles não se adequassem a uma lógica jornalística. Ou seja, era necessário evitar singularizar ou estigmatizar a situação de vida relatada, buscando dar corpo a situações, trajetórias e experiências de violência que saíssem do vago ou do abstrato, assim como a relações de poder que as silenciavam. Tanto Trump quanto Weinstein são donos de empresas e estavam “habituaados” a resolver denúncias com acordos de confidencialidade. Neste caso, era preciso ter cautela com a publicação de testemunhos, pois a visibilidade da denúncia poderia comprometer a investigação e a credibilidade das profissionais.

As jornalistas, assim como as fontes, sofreram diversas ameaças públicas, sobretudo porque o contexto era de intensa polarização política com Trump no poder. Era preciso evitar uma forte mobilização de emoções acentuada por interesses políticos e questionamentos sobre o papel da imprensa, o que justifica o medo de muitas vítimas de falar sobre o assunto, como podemos observar na seguinte declaração:

Dezenas de antigos e atuais funcionários de Weinstein, de assistentes a altos executivos disseram que sabiam de sua conduta inadequada enquanto trabalhavam para ele. Apenas um punhado disse que já o tinha confrontado. O Sr. Weinstein impôs um código de silêncio; os funcionários da *Weinstein Company* têm contratos dizendo que não irão criticar a empresa ou seus líderes de uma forma que possa prejudicar sua “reputação comercial” ou “a reputação pessoal de qualquer funcionário”, mostra um documento recente. (Gabler et al., 2017)⁷.

O testemunho como recurso jornalístico se mostra complexo, porque distancia o jornalismo de uma única “verdade” e pode permitir a tomada de consciência por meio da “liberação de vozes”, e evidenciar uma luta por reconhecimento, como observado em outros casos em que vítimas ou minorias amplificam sua voz. Quanto à análise de casos de violência contra a mulher no Brasil, é pertinente reiterar a “potência moderadora do testemunho”, já que “consegue complexificar os relatos e ir além de uma cobertura dicotômica dos fenômenos que se limita a apresentar uma vítima e um algoz” (Maia & Barretos, 2022, p. 79). Podemos acrescentar como os testemunhos

têm uma dimensão pública e política, permitindo não só novos enquadramentos jornalísticos sobre agressões sexuais (de *faits divers* para fatos societais), como também uma concepção mais ampla da noção de interesse público, participando da redefinição jornalística da fronteira entre as esferas privada e pública (Ruffio, 2020).

Postas em narrativa jornalística, as declarações coletadas nas reportagens buscam conformar o jornalismo em um registro ao mesmo tempo inédito e ético através do papel das fontes que são mulheres com diferentes profissões. É inédito porque se trata de um furo jornalístico envolvendo figuras famosas, que teve repercussão em diferentes partes do globo. E o ineditismo não se restringe ao âmbito midiático: no caso da pesquisadora Christine Blasey Ford, que acusou Brett Kavanaugh de agressão sexual, convidada a fazer um depoimento – televisionado – aos senadores, quando foi interrogada por uma promotora sobre seu caso. As jornalistas relatam como o caso foi percebido como um marco histórico, já que desafiou “normas sociais datadas”, conseguindo uma abertura até então impossível no Senado “devido ao movimento #MeToo, [...] um ano atrás ela [Ford] jamais poderia ter podido depor”, conclui a advogada da pesquisadora, Debra Katz, especialista em assédio sexual, que entrou em contato com as jornalistas sobre o caso (Kantor & Twohey, 2019, p. 244, p. 306).

Em vários momentos no livro, as jornalistas evidenciam a excepcionalidade do assunto e a ascensão do tema ao editorial do New York Times, em outubro de 2017, chama atenção. Nele é possível notar o posicionamento combativo mais afirmado ao reivindicar o papel da mídia e a vontade de mobilizar um grande público no fomento de transformações sociais: “E como garantimos que o progresso chegue até os locais de trabalho americanos comuns, onde o assédio sexual ocorre o tempo todo, mas raramente recebe a atenção da mídia? A resposta é parte cultural, parte econômica e parte legal (New York Times, 2017).

Também é importante destacar que as jornalistas se comprometeram com a busca pelas contradições das experiências humanas, vividas de forma plural pelas mulheres, sobretudo quando as condições das mulheres são de fato plurais, marcadas por desigualdades sociais e pela questão racial. Kantor conta que fez reportagens sobre trabalhadoras de baixa renda, em empresas como Subway, Walmart e McDonald's, e observou como os casos são ainda mais difíceis de denunciar. Apesar disso, muitas delas se inspiraram “nas atrizes

se manifestando e se identificavam com as experiências daquelas celebridades distantes, mas estavam na dúvida se tinham algum caminho para tratar do problema” (Kantor & Twohey, 2019, p. 242).

Por um lado, tratava-se de figuras públicas e famosas. Portanto, as denúncias logo se tornariam um escândalo que agradaria o serviço de marketing dos jornais na captura de audiência. Por outro, as denúncias alcançaram uma escala global, evidenciando o papel do trabalho jornalístico em abrir caminho para outras mulheres anônimas se encorajar a denunciar casos de abuso sexual. Se a narrativa jornalística organiza a experiência humana coletiva e individual (Leal, 2022), aqui ela pode potencializar o que estava latente na sociedade ao dar a ver o estado das coisas, compartilhando experiências que podem dialogar, criticamente (Maia & Lelo, 2015), com as vivências de quem as lê.

2.2 Apuração de dados e investigação de campo

Apesar de os dados oficiais sobre o número de casos de violência ou abuso não serem centrais nas reportagens, nem no livro, uma grande pesquisa e leitura de documentos foi necessária para dar “concretude” às histórias narradas, buscando evitar a dicotomia “fala delas contra as deles”. Por isso, alguns cuidados foram tomados pelas jornalistas que podem ser percebidos no livro, principalmente diante dos ataques públicos que receberam de Trump. Como resumem as autoras, “a matéria precisava de nomes, datas, dados jurídicos e financeiros, documentos e entrevistas *on-the-record*” (Kantor & Twohey, 2019, p. 185).

Sendo um dos instrumentos da ação jornalística, a apuração é o foco central do livro, dedicado justamente aos bastidores da realização das reportagens. Existe uma dimensão combativa desta ação, que é aqui mais explicitamente reivindicada pelas jornalistas; e as estratégias retóricas (Ruellan, 2007) são adaptadas a este objetivo: elas expõem os métodos de trabalho com o intuito de demonstrar de forma mais transparente a restituição dos fatos, além de colocar em evidência a maneira pela qual buscam racionalizar a complexidade da realidade que reportam. Selecionamos algumas etapas e escolhas que demonstram o engajamento tanto das jornalistas quanto do jornal:

a) Verificação de testemunhos e torná-los públicos por meio de documentos ou comprovações.

Elas definem aqui o que entendem como prática jornalística, deixando em evidência o *habitus* (Bourdieu, 2002) como garantia do profissionalismo ao argumentar que “na imprensa, documentos importantes raramente são ocultados do público” (Kantor & Twohey, 2019, p. 187). Para demonstrar esse posicionamento, as jornalistas relatam como reagiram quando uma fonte –por medo de retaliações – pediu-lhes para não usarem um documento importante para a reportagem. Trata-se de um memorando em que criticava o comportamento de Weinstein na empresa, como, por exemplo, o pedido de massagem que ele fazia às funcionárias, que circulou dentro da produtora e que depois foi encoberta. A resposta das jornalistas foi a de que “a força do memorando residia em seu de papel de testemunha, documentando a conduta sexual imprópria do produtor com outras mulheres” (p. 187), deixando claro a concepção de credibilidade jornalística para a fonte, ao convencê-la da importância de um documento em uma investigação que se baseava, até então, em declarações de mulheres sobre histórias do passado do produtor. O memorando corroborou as declarações colhidas pelas jornalistas, mostrando que existia um padrão de comportamento que era tolerado por muitos dentro da empresa.

b) Exposição de trocas de e-mails com agressores, vítimas de abuso e entre elas mesmas.

Além de demonstrar certa transparência, essas trocas são também uma oportunidade para as jornalistas mostrarem os impactos das denúncias, quando, por exemplo, citam que uma crise na Weinstein Company começou com a renúncia dos principais diretores da empresa, logo após a publicação de uma reportagem com denúncias contra o produtor Weinstein. Elas se mostram, assim, a serviço da causa profissional porque “ao colocar no debate sua função social, os jornalistas elaboram – e, portanto, negociam – os termos de sua qualificação, base de sua legitimidade como trabalhadores e como grupo” (Ruellan, 1997, p. 156). A definição das questões ligadas ao assédio e aos crimes sexuais e o modo de pensar que as fundamentam também estão, portanto, relacionados às lógicas profissionais.

c) Dados financeiros sobre os acordos de confidencialidade envolvendo denúncias contra Trump e Weinstein ao constatar como as empresas eram cúmplices dos abusos.

Neste aspecto, elas revelam como investiram não só na apuração de rua, como também na restituição dos fatos. “No jornalismo investigativo, saber da existência de documentos incriminadores é bom; ver esses documentos é excelente; ter cópias deles é ainda melhor” (Kantor & Twohey, 2019, p. 93). As jornalistas descobriram que as indenizações para assédio sexual viraram uma pequena indústria em que os termos dos acordos pareciam uma maneira de encobrir a verdade, já que incluíam diversas cláusulas restritivas – as mulheres que assinam o acordo tinham que entregar todas as evidências que possuíam, como gravações de áudio, diários e e-mails, não podiam falar com jornalistas sobre o assunto, entre outras (p. 76). Ao consultarem advogados e especialistas, perceberam que essas práticas eram consideradas padrão para lidar com o assunto, o que levou as jornalistas a se perguntarem se o “público estaria interessado naqueles instrumentos jurídicos obscuros e em suas ramificações” (p. 78). Logo após a publicação da matéria sobre o tema, o jornal recebeu uma resposta: ativistas e legisladores da Califórnia procuraram o jornal querendo mudar as regras do estado quanto à legalidade das indenizações secretas por assédio sexual.

2.3 Uma objetividade combativa?

Embora a objetividade jornalística seja entendida como uma prática de distanciamento, dando a impressão de blindar o jornalista do engajamento militante, ela pode, por outro lado, embarcar o jornalista em uma prática de escrita baseada em resumos factuais, na reprodução de declarações oficiais, menos atenta ou mais resistente em assumir um lugar de protagonista e contestador dos problemas que afetam a sociedade. Se as jornalistas parecem tomar partido agindo como denunciantes de crimes sexuais, não seria porque a objetividade não se define pela negação da subjetividade, “mas como sendo o compromisso com a dimensão factual dos acontecimentos” (Rocio & Henriques, 2021, p. 32)? Diferentes pesquisadoras respondem positivamente a essa pergunta ao propor um jornalismo “de outro modo”, que assume as diferentes subjetividades, questionando critérios de noticiabilidade cristalizados, de maneira a ampliar o campo para novas representações (Moraes, 2019; Moraes & Silva, 2019).

Neste sentido, Kantor e Twohey (2019) se aproximam desse jornalismo “diferente” e combativo, ao afirmarem certa

sensibilidade para lidar com as fontes, adquirindo a confiança delas, ao disponibilizarem seus números de celular que circularam entre diferentes mulheres. Isso contribuiu para que recebessem inúmeras ligações de mulheres que tinham a esperança de fazer justiça por meio do trabalho das jornalistas.

É através do envolvimento pessoal que as jornalistas buscam tornar as informações mais objetivas, na medida em que elas agem na realidade ao constatarem um problema que deve ser combatido e debatido. Isso fica evidente quando Kantor e Twohey dão continuidade à investigação, promovendo reunião presencial entre elas e as doze fontes que fizeram parte da apuração, com o intuito de responder algumas perguntas pendentes sobre o caso do Weinstein: “o que aconteceu com as mulheres que se pronunciaram e o que concluíam a partir de tudo o que tinha ocorrido?” (Kantor & Twohey, 2019, p. 315).

Chama atenção também o modo como as jornalistas se aproximavam das mulheres para conseguir escutá-las. Elas não recorreram às suas assessorias, justamente porque sabiam que se tratava de uma informação pessoal. Dessa forma, o envolvimento de um jornalista com uma causa social ou determinada pauta contribui para o processo produtivo do jornalismo, principalmente para a preparação, investigação e apuração de rua. Quando descobriram através de vários depoimentos que o comportamento sexual do Weinstein na empresa prejudicou outros funcionários, que tiveram que administrar os casos de assédio⁸, as jornalistas deixam claro essa dimensão combativa, que conforma a identidade profissional: “ninguém jamais tinha conseguido deter aquele homem. Se as repórteres não publicassem suas descobertas, ele poderia prejudicar outras pessoas” (Kantor & Twohey, 2019, p. 183).

Sem esse comprometimento, as jornalistas não teriam descoberto tantos casos de assédio e abuso sexuais. Isso nos permite observar que a competência profissional das jornalistas se consolida sobretudo pela forma como tomam partido. Neste caso, se a definição do “bom” jornalista passa pela noção de distanciamento dos fatos, aqui, ela se mostra limitada e pouco problematizadora do fazer jornalístico. A essa tomada de posição associamos a ideia de “combate” ou “combativo”, já que caracteriza práticas jornalísticas de resistência – as repórteres sofrem com várias tentativas de descredibilização pública –, além de práticas mais afeitas ao encontro com as alteridades, ou seja, a questão de gênero é destacada. Nos

referimos, portanto, a uma ação tática a partir do momento em que elas reconhecem ali uma situação comunicacional específica, talvez por um “despertar situacional” (Moraes, 2022, p. 112).

3 Um jornalismo combativo à prova das rotinas produtivas

As reportagens sobre crimes e assédio sexuais contribuíram para diferentes mudanças na organização da redação do jornal e em sua rotina. Dentre elas, destacam-se: 1) uma equipe grande foi montada com diferentes repórteres, editores, assessoria jurídica e advogados; 2) as jornalistas passaram a participar de reuniões que antes só editores tinham acesso, o que mostra a importância dada à pauta e, de certa forma, à quebra de hierarquias mesmo que momentânea; 3) o posicionamento ativo e participante das editoras na investigação devido ao lugar ocupado por Rebecca Corbett no alto escalão do jornal.

Entretanto, ao longo da análise do livro, o que mais chama atenção é como a prática jornalística é atravessada por diferentes interesses que interferem no seu funcionamento, já que o jornalismo está inserido em uma lógica de interdependências que caracteriza a relação entre os profissionais da informação e os diferentes universos sociais. Este campo apresenta uma lógica específica que envolve restrições ou limitações, como a imediatividade na produção de notícias e o monitoramento da concorrência, que fundamentam o exercício da profissão.

Essas limitações estão presentes no texto das jornalistas quando, mesmo defendendo o papel importante do jornalismo na publicização das denúncias, elas reconhecem em determinado momento que a mediação jornalística pode atrapalhar, principalmente em um contexto político desafiador com Trump no poder e a concorrência acirrada entre as mídias. Um “furo” publicado pela revista *New Yorker* quase impediu a exposição da denúncia que envolvia Kavanaugh, candidato à vaga de juiz no Supremo Tribunal, e a professora Ford, que o acusava de assédio e tentativa de estupro. Perto do dia do seu depoimento diante dos senadores, a revista publicou uma reportagem que continha uma entrevista com Deborah Ramirez, uma fonte que, até então, o NYT não havia conseguido acesso e que dizia que estava na mesma festa onde teria acontecido a violência contra Ford. No entanto, a matéria foi considerada fraca

de argumentos e provas pelas jornalistas, gerando desconfianças em relação às denúncias envolvendo o juiz.

A prática habitual no jornalismo era de que concorrentes tentassem seguir as reportagens um dos outros quanto assuntos relevantes. Se o post tinha um furo sobre as negociações de Trump com a Rússia, o New York Times tentava fazer reportagens sobre o mesmo material, e vice-versa, não só para informar os próprios leitores como para confirmar a história. [...] A situação agora era outra. O New York Times tinha descoberto que Ramirez dissera a alguns ex-colegas de Yale que não podia ter certeza de que o homem que se expusera era Kavanaugh. (Kantor & Twohey, 2019, p. 291).

No dia seguinte ao da publicação, os republicanos usaram alguns pontos da matéria para acusar os democratas de participarem de uma “campanha difamatória vergonhosa” e de uma “conspiração esquerdista” através da imprensa. Quando a professora Ford decide denunciar Kavanaugh – mesmo sendo muito desacreditada a fazê-lo –, em depoimento diante dos senadores, as jornalistas analisam: “Ao contrário do caso Weinstein, em que a voz das vítimas foi mediada por jornalistas, o mundo via e escutava a narração sem filtros da própria mulher” (Kantor & Twohey, 2019, p. 300). Podemos assim falar de efeito de campo, quando a lógica de funcionamento do campo midiático age nas relações de interdependência com outros campos, como o da política, demonstrando que os jornalistas não são um grupo tão coeso como se imagina. E a busca por um “furo” pode contribuir para a deslegitimação de uma investigação de anos. No caso de Ford, seu testemunho foi bem recebido pela mídia, o que não impediu a nomeação de Kavanaugh ao cargo.

Com essa declaração, as jornalistas buscaram também se distinguir dos outros profissionais, já que o NYT ocupa um lugar privilegiado no campo jornalístico norte-americano e é uma referência internacional, o que lhes permite assumir um posicionamento mais combativo e ciente do poder simbólico que lhe é atribuído.

4 Considerações finais

Ao lembrar que o jornal New York Times foi pioneiro no estabelecimento de alguns critérios profissionais, que são considerados até hoje aparentemente “técnicos” e “objetivos”, o qualificativo combativo se torna ainda mais pertinente para caracterizar o trabalho de Kantor e Twohey, principalmente porque elas evidenciam

rompimento, de certa forma, com os modos de objetivação jornalística ao ampliar não só os modos de tratamento dos crimes sexuais (com uma perspectiva de gênero), mas também ao dar ênfase às falas das mulheres, dando-lhes visibilidade e, sobretudo, credibilidade. Diante do volume de denúncias, capilarizadas pelo *#MeToo*, houve uma tomada de posição das repórteres – aqui caracterizada como combativa –, que, até então, não conseguiam demonstrar a relação das denúncias individuais com um problema coletivo, percepção que é compartilhada por jornalistas de outros países (Pineda, 2022).

Essa tomada de posição se deu mobilizando habilidades e técnicas de trabalho menos regidas pelos manuais de jornalismo, o que responde positivamente, em parte, nossas perguntas de investigação (P1 e P2): elas evidenciaram a extrema desigualdade entre homens e mulheres, o que é o cerne da questão da violência de gênero. Expuseram também a transversalidade dos crimes sexuais, que afeta todas as classes sociais, e as relações de poder muitas vezes escamoteadas na rotina profissional. São conscientes das interdependências do jornalismo com os outros campos e o peso da concorrência, exemplificando-as. Ao (re)afirmar um lugar de distância em relação aos políticos, as jornalistas demonstram comprometimento com as investigações e conformam critérios profissionais alinhados com a prática do jornalismo combativo.

Neste caso, diferentes limitações se impõem ao fazer jornalístico quando se trata de denunciar crimes contra mulheres, o que problematiza principalmente a segunda pergunta da investigação (P2). Dentre elas, podemos citar principalmente que a exposição pública dos crimes foi uma ação jornalística que serviu para quebrar um círculo vicioso de crimes envolvendo celebridades e agressores famosos, embora as campanhas pela denúncia dos casos de assédio não impedem e nem reduzem as altas estatísticas de feminicídio. Há ainda que se pensar como um jornalismo combativo se caracterizaria em outra configuração, para além de um acontecimento espetacular com estrelas hollywoodianas, indo além de um tratamento pessoal do problema personalizado nessas figuras, inclusive em cenários em que os(as) jornalistas sofrem mais ameaças e são violentados como é o caso da América Latina. Até porque a valorização das questões subjetivas individuais e o interesse pelo “comum” refletem o posicionamento estratégico das empresas de comunicação.

Cabe ainda apontar para a lacuna no livro e reportagens das ações de interdependência dos movimentos feministas com o

jornalismo, que se mostraram decisivas em outros contextos (Gonzales, 2007), bem como da renovação da agenda política, problematizando assim o papel que o jornalismo pretende desempenhar na sociedade sob o prisma dos combates que derivam da identidade profissional – e organizacional – e da cobertura de causas sociais.

Por último, vale a pena ressaltar que este tipo de jornalismo combativo tem ganhado espaço nos meios de comunicação graças também à feminização das redações (Woitowicz & Rocha, 2018; De Assis, 2023), que de alguma maneira favorece a inclusão de pautas com perspectiva de gênero, que visibilizam mulheres como fontes. Não menos importante, também é o esforço de formar jornalistas com pensamento crítico e consciência de gênero, como os programas acadêmicos de graduação que já têm disciplinas sobre Jornalismo e gênero (Bertasso et al., 2020), cujo livro analisado neste artigo pode servir como material de apoio.

NOTAS

- 1 A Lei n. 11.340 foi sancionada em 7 de agosto de 2006, e passou a ser chamada Lei Maria da Penha em homenagem à mulher cujo marido tentou matá-la duas vezes e que desde então se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres. Recuperado de <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2022/08/lei-maria-da-penha-completa-16-anos-na-defesa-dos-direitos-das-mulheres>
- 2 Recuperado de <https://veja.abril.com.br/coluna/em-cartaz/harvey-weinstein-e-sentenciado-a-16-anos-de-prisao-por-estupro/>
- 3 Recuperado de https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/03/atriz-porno-stormy-daniels-pode-levar-a-indiciamento-de-trump-entenda.ghtml?utm_source=globo.com&utm_medium=oglobo
- 4 Em alguns momentos do livro, elas são chamadas de feministas pelos agressores denunciados nas reportagens, que usam o termo como uma forma de xingamento, ao qual elas não respondem, nem tecem comentários sobre seus posicionamentos em relação ao movimento feminista.
- 5 Recuperado de www.statista.com/statistics/1218882/new-york-times-employees-gender-breakdown-us/

- 6 Elas mostram que entraram em contato com todas as fontes citadas nas reportagens, como as empresas do produtor Weinstein, usando frases como: “The company declined to comment on the email”.
- 7 Texto original: Dozens of Mr. Weinstein’s former and current employees, from assistants to top executives, said they knew of inappropriate conduct while they worked for him. Only a handful said they ever confronted him. Mr. Weinstein enforced a code of silence; employees of the Weinstein Company have contracts saying they will not criticize it or its leaders in a way that could harm its “business reputation” or “any employee’s personal reputation,” a recent document shows. (Gabler et al., 2017).
- 8 Uma funcionária da Weinstein Company diz que foi usada para facilitar as conquistas sexuais de Weinstein. “Administrar as conquistas sexuais passadas e presentes de Harvey nunca foi algo que imaginei que faria parte das minhas responsabilidades profissionais”, conclui (Twohey & Kantor, 2017, p. 182).

REFERÊNCIAS

- Aubin, F., Neveu, E., & Paes, P. de S. (2022). Jornalistas e construção midiática dos problemas públicos: Introdução. *Sobre Jornalismo*, 11(2), 14–21. DOI: 10.25200/SJ.v11.n2.2022.496
- Berns, N. (2001). Degendering the problem and gendering the blame: Political Discourse on Women and Violence. *Gender & Society*, 15(2), 262–281. Recuperado de www.jstor.org/stable/3081847
- Bertasso, D., Nascimento, F., & Gustafson, J. (2020). Jornalismo e gênero: a emergência de uma disciplina e um relato de docência compartilhada. *Revista Estudos Feministas*, 28(2): e58720. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n258720
- Bourdieu, P. (1994). L’emprise du journalisme. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 101-102, 3-9. Recuperado de https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1994_num_101_1_3078.
- Bourdieu, P. (2002). *Questions de sociologie*. Les Editions de minuit.
- Bourdieu, P. (2008). *Sur la télévision*. Raisons d’agir.
- Carlsen, A., Salam, M., Miller, C. C., Lu, D., Ash, N., Patel, J. k., & Wichter, Z. (2018, 29 de outubro). #MeToo Brought Down 201 Powerful Men. Nearly Half of Their Replacements Are Women. *New York Times*. Recuperado de www.nytimes.com/interactive/2018/10/23/us/metoo-replacements.html

Christofoletti, R. (2004). *A medida do olhar: objetividade e autoria na reportagem* [tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório da Produção USP.

De Assis, C. (2023, 29 de agosto). Editoras de gênero avançam cobertura inclusiva, enfrentam violência online e criam alianças na América Latina. *Knight Center for Journalism in the Americas. LatAm Journalism Review*. Recuperado de <https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/editoras-de-genero-avancam-cobertura-inclusiva-enfrentam-violencia-online-e-criam-aliancas-na-america-latina/>

De Bruin, M. (2000). Gender, organizational and professional identities in journalism. *Journalism*, 1(2), 217-238. DOI: 10.1177/146488490000100205

Da Silva, M. V., & Marocco, B. (2018). The Feminine in the “Reporter Book”: An Epistemological View on Gender and Journalistic Practices. *Brazilian Journalism Research*, 14(1), 30–53. DOI: 10.25200/BJR.v14n1.2018.1029

Gabler, E., Twohey, M., & Kantor J. (2017, 30 de outubro). New Accusers Expand Claims Against Weinstein Into the 1970s. *New York Times*. Recuperado de www.nytimes.com/2017/10/30/us/harvey-weinstein-sexual-assault-allegations.html

Gillespie, L. K., Richards, T. N., Givens, E. M., & Smith, M. D. (2013). Framing Deadly Domestic Violence. *Violence Against Women*, 19(2), 222–245. DOI:10.1177/1077801213476457

González, P.C. (2007). Movimientos sociales y medios de comunicación: el cambio en el tratamiento de la violencia contra las mujeres. *Recerca: revista de pensament i anàlisi*, (7), 211–239. Recuperado de <https://raco.cat/index.php/RecercaPensamentAnalisi/article/view/182900>.

Kantor, J., & Twohey, M. (2017, 6 de outubro). *Sexual Misconduct Claims Trail a Hollywood Mogul*. New York Times. Recuperado de www.pulitzer.org/winners/new-york-times-reporting-led-jodi-kantor-and-megan-twohey-and-new-yorker-reporting-ronan

Kantor, J., & Twohey, M. (2019). *Ela disse. Os bastidores da reportagem que impulsionou o #Metoo*. Companhia das Letras.

Kouchner, C. (2021). *La Familia grande*. Seuil.

Leal, B. (2022). *Introdução às narrativas jornalísticas*. Editora Sulina.

Leal, B. S. (2016). Crimes de proximidade e modos de aproximação: fronteiras narrativas. In M. Martins, M. L. Correia, E. Antunes, & P. Vaz (Orgs.), *Figurações da morte nos média e na cultura: entre o estranho e o familiar* (pp. 19-32). Centro de Estudos Comunicação e Sociedade.

Leal, B. S., Carvalho, C. A., & Antunes, E. (2020). Cobertura jornalística da violência de gênero – aproximações a uma realidade complexa. In B. S. Leal, C. A. Carvalho, & E. Antunes (Orgs.), *Um problema cotidiano: jornalismo e violência contra a mulher no Brasil* (pp. 45-64). Selo PPGCOM/UFMG.

Leite, A. (2017). Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres no jornalismo. *Cadernos de Pesquisa*, 47(163), 44-68. Recuperado de <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3810>

Lelo, T. V. (2019). A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), e54225. DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n254225.

Lemieux, C. (2000). *Mauvaise presse*. Editions Métailié.

Maia, M. R., & Barretos, D. do C. (2022). A potência mediadora do testemunho na configuração dos relatos jornalísticos sobre a violência contra mulheres na série Um vírus e duas guerras. *Sobre Jornalismo*, 11(2), 76–89. DOI: 10.25200/SLJ.v11.n2.2022.491

Maia, M. R., & Lelo, T. V. (2015). O potencial crítico das narrativas jornalísticas sobre o período ditatorial no Brasil. *Brazilian Journalism Research*, 11(1), 128–145. DOI: 10.25200/BJR.v11n1.2015.677

Moraes, F. (2022). A pauta é uma arma de combate: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.

Moraes, F. (2019). Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. *Revista Extraprensa*, 12(2), 204-219. DOI: 10.11606/extraprensa2019.153247

Moraes, F., & Maia, M. (2021). Apresentação do dossiê. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*, 18(1), 7-9. DOI: 10.5007/1984-6924.2021.82517.

Moraes, F., & Silva, M. (2019). A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. *Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós*. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Recuperado de <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>

New York Times. (2017, 29 de outubro). *Post-Weinstein, What's Different?* Recuperado de www.pulitzer.org/winners/new-york-times-reporting-led-jodi-kantor-and-megan-twohey-and-new-yorker-reporting-ronan

Neveu, É. (2000). Le genre du journalisme. Des ambivalences de la

fémínisation d'une profession. *Politix*, 13(51), 179-212. Recuperado de https://www.persee.fr/doc/polix_0295-2319_2000_num_13_51_1109

Neveu, E. (2006). *Sociologia do jornalismo*. Edições Loyola.

Padioleau, J-G. (1976). Systèmes d'interaction et rhétoriques journalistiques. *Sociologie du travail*, 18(3), 256-282. Retirado de https://www.persee.fr/doc/sotra_0038-0296_1976_num_18_3_1511

Peiró, B. L. (2021). *Por que você voltava todo verão?* Editora Elefante.

Pineda, A. (2022). *Que reste-t-il de #MoiAussi?* Somme Toute / Le Devoir.

Ringoot, R., & Ruellan, D. (2014). Pairs, sources et publics du journalism. In S. Olivesi (Org.), *Sciences de l'information et de la communication. Objets, savoirs, discipline* (pp. 63- 77). PUG.

Rocio, L. de M., & Henriques, R. da S. P. (2021). Jornalismo e violência contra mulheres: o livro-reportagem do #MeToo e o sentido político da quebra de silêncio. *Líbero*, 48, 31-50. Recuperado de <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1523>

Ruellan, D. (1997). *Les «pro» du journalisme*. De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel. PUR.

Ruellan, D. (2007). *Le journalisme ou le professionnalisme du flou*. PUG.

Ruffio, C. (2020). *Dictionnaire encyclopédique et critique des publics*. Publictionnaire. Recuperado de <https://publictionnaire.huma-num.fr/notice/metoo/>

Sanematsu, M. (2011). Análise da cobertura da imprensa sobre violência contra as mulheres. In V. Vivarta (Org.), *Imprensa e agenda de direitos das mulheres, uma análise das tendências da cobertura jornalística* (pp. 55-105). Instituto Patrícia Galvão.

Silva, G., Vogel D., & Silva, T. (Org.). (2022a). *Apuração, redação e edição jornalística*. Editora UFSC.

Silva, T., Freitas, T. A., Pereira, E., & Koch, D. M. (2022b). Vítimas de feminicídios na cobertura jornalística da rede NSC: perfis e visibilidade midiática. *Anais do 20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Recuperado de <https://site.sbpjor.org.br/encontros-sbpjor/>

Sobral, I., Pimentel, A., & Lagreca, A. (2020). Retrato dos feminicídios no Brasil em 2019: análise dos registros policiais. In S. Bueno, & R. S. Lima (Orgs.), *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020* (118 – 122). Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Tuchman, G. (1978). *Making News: a Study in the Construction of Reality*. The Free Press.

Tuchman, G. (2009). Media, Género, Nichos. *Media & Jornalismo*, 15(8), 15-24. Recuperado de <http://cicdigitalpolo.fcsh.unl.pt/pt/revista-media-jornalismo-no15-genero-media-espaco-publico/>

Woitowicz, K. J., & Rocha, P. M. (2018). As mulheres na conquista de espaços no jornalismo paranaense: invisibilidade, lutas históricas e o processo de feminização da profissão. In G. Bianchi, K. J. Woitowicz, & P. M. Rocha (Orgs.), *Gênero, mídia & lutas sociais: percepções críticas e experiências emancipatórias* (pp. 28-43). Editora UEPG.

PAULA DE SOUZA PAES. Professora no Programa de Pós-graduação em Jornalismo na UFPB e pesquisadora no Programa PDCTR-PB, com bolsa CNPq. Doutora e mestre em Comunicação pela Université Grenoble Alpes (França). Colaboração no artigo: proposta do estudo; concepção e desenho do estudo; redação do manuscrito; revisão e edição; discussão dos resultados; revisão e aprovação da versão final do artigo. E-mail: paulasouzapaes@gmail.com

JULIANA COLUSSI. Pesquisadora com contrato María Zambrano na Cátedra Unesco de Investigación em Comunicação do Departamento de Comunicação Audiovisual e Publicidade da Universidad Rey Juan Carlos (Espanha), onde também integra o grupo de pesquisa “Comunicación, Medios, Marketing, Representaciones, Audiencias, Discursos y Estudios Semióticos”. Doutora e mestre em Jornalismo pela Universidad Complutense de Madrid (Espanha). Colaboração no artigo: desenho metodológico; redação do manuscrito; revisão e edição; discussão dos resultados; revisão e aprovação da versão final do artigo. E-mail: juliana.colussi@urjc.es

FINANCIAMENTOS: este trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB), Termo de Outorga nº 3294/2021 e da European Union-NextGenerationEU.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela FAPESQ-PB, Termo de Outorga nº 3294/2021, e da European Union-NextGenerationEU.

Um dos pareceres utilizados na avaliação deste artigo pode ser acessado em <https://osf.io/s5vmq> | Seguindo a política de ciência aberta da BJR, os avaliadores autorizaram a publicação do parecer e a divulgação de seus nomes.